

PSICOLOGIA E ETOPRIMATO- LOGIA COGNITIVA: ESTRATÉGIAS INTENCIONAIS E LÓGICA PIAGETIANA

José M. G. Paz

Psicólogo Clínico, Etólogo, Director do Centro de Estudos Etológicos
do Departamento de Psicologia da Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologia

Resumo

Após um processo de grande ofensiva para desacreditar qualquer estudo do comportamento que não se baseasse em fenómenos observáveis e objectiváveis, compreensível quer por razões históricas relativas à emergência de novas disciplinas, primeiro a Psicologia Behaviorista depois a Etologia, reiniciou-se um campo de análise de perspectivas mais mentalistas, aproveitando muitos dos trabalhos realizados com animais não-humanos e humanos ainda em período pré-linguístico. Destacam-se estudos clássicos com primatas não-humanos sobre utilização e construção de utensílios, auto-reconhecimento e auto-conceito, consciência, aprendizagem de língua e linguagem humana, teoria da mente, alguns deles realizados também com bebés e indivíduos humanos com autismo. Reconhece-se a dificuldade em observar dimensões cognitivas. Provavelmente será mais prudente e sério abandonar a ideia de aceder topologicamente a dimensões cognitivas, como se de coisas em si se tratassem, mas não recusar a criação de estratégias de trabalho com construtos hipotéticos cognitivos, metáforas cognitivas, na medida em que a heurística se vê favoravelmente aumentada. Como exemplo citam-se algumas propostas relacionadas com a Atitude Intencional de Daniel Dennett e com o Método Lógico de Piaget para casos sensório-motores.

Desde tenra idade, em bebés pertencentes a *Homo sapiens*, podemos notar movimentos orientados quer para o próprio quer para os objectos de interacção, designadamente aquilo que poderíamos perspetivar como compulsão imanente de auto e alo-epistemofilia relacional. No entanto, esta tendência exploratória inclui uma base de considerável incerteza sobre aquilo que na realidade se passa dentro do indivíduo e, sobretudo, no interior de tudo o que lhe é externo. O bebé não sabe em absoluto o que se passa com a mãe, nem a mãe o que se passa com este, mas, apesar deste défice face à ontologia do outro, existe uma base de acção funcional. Consta-se na diáde materno-filial uma sintonização gradual, explicada de várias formas, quer por uma aprendizagem com a experiência decorrente, incluindo momentos intra-uterinos, quer, por exemplo, por aquilo que em psicanálise se poderia designar de Identificação Projectiva. Como observadores externos de comportamentos inerentes a ontologias particulares e, fazendo alguma generalização como estratégia de trabalho, precisamos de recorrer a uma determinada pontuação. A questão da qual partiremos será a seguinte:

Entrada – Organismo – Saída

Obviamente que se trata de um esquema que, numa análise crua, pode parecer bastante redutora na medida em que, por exemplo, aquilo que é a saída pode também ser a entrada, sobretudo se tivermos em conta uma abordagem relacional ou sistémica. Mas não nos podemos

esquecer que optámos por um ponto particular, fizemos a nossa pontuação. Partimos sempre de um organismo, sabendo de antemão que geralmente os organismos não actuam independentemente uns dos outros. No entanto este epistemo também nos permitiria, no caso de nos sentirmos bastante desconfortáveis nesta recorrência, considerar certas organizações sistémicas como sendo um único organismo, apesar de conterem vários indivíduos (tal como acontece em muitas espécies eussociais, caso dos insectos himenópteros como as formigas ou as abelhas). Seguindo esta perspectiva e considerando como referência um animal (humano ou não humano) podemos estudar cada um dos pontos (entrada/ o que se passa no mundo interno do animal/ saída). Em função da ênfase que colocarmos em cada uma das referidas instâncias poderemos caracterizar, possivelmente, toda a história do estudo do comportamento animal e humano. A mente, o mundo interno, as cognições em geral, sempre foram privilegiadas nos mais variados foros da pesquisa psicológica. No entanto não está claro, em alguns ramos da investigação, qual é o verdadeiro objecto de estudo da ciência cognitiva. Não temos dúvidas que, por definição, a psicologia comportamentalista, quer na sua vertente mais moderada quer noutra mais radical, assenta no estudo da conduta de um indivíduo inserido num determinado meio. Mas essa nitidez não se encontra se o que tivermos for uma disciplina como a psicologia cognitiva ou etologia cognitiva. Por cognição, palavra de difícil definição, podemos considerar algo pertencente ao mundo interno do indivíduo, numa instância intermédia entre os processos neuronais e o comportamento. Tentativas para a clarificação do conceito foram feitas como a de Ulric Neisser (1967) por exemplo, em que se conceptualiza a psicologia cognitiva fazendo-a corresponder à “área ocupada pelos processos de transformação, redução, armazenamento, elaboração, recodificação e utilização do input sensorial”. Segundo Neisser o estímulo físico sofreria uma recodificação para o código cognitivo a partir do sistema nervoso. O sistema nervoso poderia ser o anteriormente designado de processos cognitivos internos.

O critério epistemológico para aceder às cognições tem por base a manifestação externa das mesmas. Pelo menos é isto que geralmente funciona como argumento para alguns cognitivistas. Da mesma forma (apesar de deixarmos para outro momento) podíamos questionar se a conduta é, em si mesma, visível. O que é que vemos? Vemos a conduta de deslocamento ou um conjunto de microacções as quais integramos num todo semântico? Ou, vemos essas microacções ou, então, vemos uma série de nanoacções as quais integramos noutro todo semântico? E assim sucessivamente. Como corolário, não nos podemos esquecer de que quem analisa este esquema é sempre um observador. Além de observador é sempre um observador humano. Ou seja, a observação é sempre, em última instância, uma observação antropomórfica, por mais que isso custe admitir a alguns cientistas mais dogmáticos. Podíamos, inclusivamente, e não recusando admitir o extremo, dizer que toda a observação é “egomórfica”. Se observo o comportamento de

uma mulher que se põe vermelha sempre que um homem a olha, aquilo que vejo não é uma relação causal do tipo “homem olha, logo a mulher fica vermelha”. O único que podemos ver é uma correlação. Se de seguida fizermos uma interpretação apenas o fazemos desde o nosso ponto de vista (ou se quisermos, desde o nosso ponto de vida). Quando observamos Kanzi, o famoso bonobo (*Pan paniscus*) que Savage-Rumbaugh (1994) estuda, e vejo que a sua conduta é modificada segundo um agente olhe ou não em direcção aos seus olhos, e interpreto que ele sabe que o sujeito está a olhar para ele, ou que tem uma Teoria da Mente, faço-o desde o meu *vertex* observacional.

No século passado Romanes (1882) deu-se conta da impossibilidade de aceder ao mundo interno do outro. Como alternativa considerou que já que não podíamos saber pelo menos podíamos inferir. A “continuidade” evolutiva” (conceito muito polémico) podia contribuir para a validade do método. Quanto mais próximos estivessem filogeneticamente dois objectos de comparação mais válida seria a inferência uma vez que mais próximos estariam os organismos em termos de complexidade de funcionamento. A base seria: se um animal tem um comportamento semelhante ao meu possivelmente terá um estado mental semelhante ao meu. Mas ligado a esta conjectura, e seguindo Wittgenstein, podemos considerar que se um leão pudesse falar não o entenderíamos. Provavelmente o mundo de um felino como o de um leão ou o de um quiróptero, como o de um morcego, seja tão diferente, quer pela forma de deslocamento a quatro patas ou por asas, quer pela menor ou maior importância de um cérebro olfactivo, quer pela ecolocalização, quer pelos seus nichos ecológicos peculiares, que não poderíamos entender qualquer coisa que nos dissesse. Na mesma linha, um dos nomes clássicos da etologia, von Uexküll (s.d.), defendeu a ideia de que cada animal deveria ser entendido fenomenologicamente no seu meio, no seu “mundo próprio”. Tanto a posição de Romanes como as duas últimas não têm uma mais nem menos validade do que a outra. Assim como talvez, e provavelmente assim seja, cada um veja as coisas à sua maneira, também temos de admitir que um cavalo ou uma cegonha possam ver as coisas da mesma forma. Então o que é que poderemos dizer desse pretendido mundo interno?

A questão da consciência talvez seja qualquer coisa de angular na compreensão de tal internalidade. É complicado conceptualizar este construto, como geralmente ocorre para quase todos os construtos “internos”. No entanto, todos nós, na nossa experiência ontológica sabemos o que queremos dizer quando nos referimos à consciência. Sei que sou consciente de algo; imagino que os meus congéneres estão conscientes; actuo *como se*, independentemente de serem ou não, eles fossem conscientes. Mas o que dizer de animais não humanos? Que dizer de um cão que quando o dono chega a casa se põe mais agitado e imediatamente se embrulha no cobertor que está no sofá onde o seu dono se vai sentar? Poderíamos colocar as mesmas questões relativamente a Washoe, a chimpanzé que com os Gardner (1969) aprendeu a

língua dos surdos mudos americanos (AMSLAN), e que ao perder o seu filho começa por perguntar por ele através de signos deixando depois de comunicar até que lhe trazem uma cria substituta? Washoe volta à sua vitalidade normal ao ver o novo chimpanzé bebé. O problema é que a cria rejeita a mãe adoptiva. Não queria sair dos braços do tratador. No entanto deixam-na na jaula com Washoe. Face às tentativas de aproximação a cria foge. Washoe deixa de insistir e resigna-se aparentemente à situação. Durante a noite, enquanto a cria dormia tranquila e afastada, Washoe começa a gritar, agitando-se energicamente, saltando tal como ocorreria se se tratasse de uma conduta de alarme. Face a isto a cria acorda e ao ver os únicos braços que tinha à disposição, os de Washoe, corre em sua direcção. Washoe abraça a cria fortemente e desde então tornam-se inseparáveis.

Ou o que dizer das observações de De Waal (1982) em Harnhem em que são referidas estratégias planeadas por chimpanzés para tomada de poder na hierarquia grupal, como se de estratégias políticas se tratasse?

Se quisermos estudar a consciência temos que, independentemente da evidência ontológica sobre o que é que é, arriscar uma definição, partir de uma conceptualização. A consciência poderia ser definida como uma "sensação" de individualidade, de existência. Evidentemente esta definição tão-pouco nos satisfaz completamente. A consciência, tal como propõe John Searle (1998), é sempre consciência de algo. Esse, algo, para além da sensação de existência, é sensação de que as coisas com que vivo, inanimadas ou animadas, existem, que são objecto do meu pensamento. Ou seja, em termos gerais poderíamos falar de consciência do mundo e consciência de si-mesmo. O que dificulta (apesar de dificultar a nossa comunicação) a abordagem da consciência é o facto de ser passível de ser confundida com pensamento e com linguagem. Seria possível um indivíduo humano, sem linguagem, ter consciência de si e do mundo, tal como ser capaz de pensar? Experiências sobre auto-reconhecimento com animais filogeneticamente próximos desprovidos de linguagem poderão contribuir para questões como a anterior. Como exemplo, citamos algumas das descrições de Gallup (1970) sobre o comportamento de chimpanzés face a um espelho. Geralmente a primeira reacção dos sujeitos face ao espelho é semelhante à manifestada quando estão diante de outro chimpanzé desconhecido. Emitem vocalizações e gestos de ameaça. À medida que se vão familiarizando com esta nova experiência começam com outro tipo de conduta como a de *auto-grooming*, ou alteração de expressões faciais. Após observações como esta realizou uma experiência em que, depois de deixar durante algum tempo que os sujeitos tomassem contacto com os espelhos, os anesthesiava de forma a poder marcar com tinta inodora uma parte da cabeça. Eles só poderiam visualizar esta marca a partir do reflexo do espelho. Quando os sujeitos acordavam registava-se durante 30 minutos a frequência de toques na zona marcada. Verificou-se que a média de toques era de 1. Durante os seguintes 30 minutos introduzia-se o espelho. Constatou-se que a

média aumentava para 7 toques. Segundo Gallup (1970) isto era uma evidência de auto-reconhecimento o qual, mais interessante ainda, implicaria uma capacidade de auto-conceito. Se assim não fosse não poderiam compreender o que viam no espelho. Estes resultados foram replicados em orangotangos mas mais difíceis de observar em gorilas. Mas excepcionalmente, Koko, uma gorila criada em ambiente humano, parecia reconhecer-se tal como os outros pongídeos.

A validade destes estudos pode ser posta em causa com base na metodologia e na interpretação dos resultados. É um facto que os chimpanzés geralmente exploram taticamente o seu corpo incluindo partes não visíveis por eles. Na mesma linha, em presença de outros chimpanzés (ambiente social) os sujeitos aumentam a conduta de *auto-grooming*. Heyes (1998) argumenta que a diferença nas frequências poderia dever-se ao efeito da anestesia. Não seria a frequência que era aumentada em presença do espelho. A frequência, neste caso, encontrar-se-ia debaixo dos níveis usuais na primeira meia hora imediata ao acordar devido aos efeitos da anestesia.

Outros estudos consistem em ver se os animais conseguem aceder a um alvo só visível com a ajuda de um espelho e em que para alcançá-lo também só podem monitorizar as partes corporais pelo reflexo espectral. Este tipo de conduta pode ser observada em elefantes. Através de um espelho podem, com a sua tromba, alcançar objectivos não visíveis. Mas como nota Budiansky (1998) "o elefante não necessita saber que era a sua tromba que estava no espelho; tudo o que tem de fazer é aprender que quando a tromba no espelho toca na comida no espelho, a sua tromba toca na comida real — exactamente como os babuínos aprendem que quando o cursor toca no alvo que se desloca a sua mão está na posição adequada"

Na mesma linha de acesso à subjectividade ou à consciência existem estudos clássicos sobre Teoria da Mente. Premack e Woodruff (1978) realizaram uma série de estudos em que tentaram ver se os seus sujeitos tinham capacidade para entender que os outros tinham sentimentos, aquilo que eles designam de teoria da mente. Segundo estes autores "um sujeito tem uma teoria da mente quando é capaz de atribuir estados mentais aos outros e a si mesmo. Um sistema de inferências destas características merece o qualificativo de teoria porque tais estados não são directamente observáveis e é possível utilizar o sistema para prever o comportamento dos outros". Este tipo de estudos, apesar de ter raízes na etoprimatologia cognitiva, tem vindo a ser alargado a humanos designadamente em campos patológicos como é o caso dos síndromas de Down e autísticos. Em várias provas que evidenciam que os sujeitos sabem que os coagentes podem ter conhecimentos ou crenças diferentes deles, crianças ditas normais, crianças com síndrome de Down, bem como alguns pongídeos conseguem resultados positivos contrariamente a crianças com autismo. Este tipo de investigação pode aportar informação bastante útil sobre o mundo interno das crianças autistas (Perner, 1994; E. Martí, 1997)

Uma das principais tentativas para relacionar a conduta com as cognições, o externo com o interno, está ligada aos trabalhos sobre utilização e a construção de utensílios. Em Tenerife, e inspirado nos trabalhos ainda pouco sistematizados de Hobhouse, Köhler realizou estudos nos quais submetia chimpanzés a várias situações problema. Por exemplo colocava comida numa zona em que só através de um bastão ou da união de dois bastões (aparentemente seria uma construção de utensílios), esta poderia ser alcançada; ou situações em que o chimpanzé podia usar uma caixa como plataforma para aceder ao alimento; ou contextos de “rodeio” nos quais para alcançar o alimento o sujeito teria que deslocar-se num primeiro momento em sentido inverso. De acordo com Köhler (1925), e contrariamente às ideias de Thorndike (1911), os chimpanzés resolviam os problemas sem recurso ao esquema de tentativa/erro. Por outro lado, depois de vários ensaios o chimpanzé sentava-se e pouco tempo depois levantava-se para, de seguida, proceder à resolução do problema. Possivelmente, segundo Köhler, o chimpanzé enquanto estava sentado teria chegado à solução do problema, ou seja, ter-se-ia feito luz, o chimpanzé teria tido um *insight*. Todos nós tivemos já experiências semelhantes. Depois de tentarmos durante um período de tempo resolver uma equação matemática, provavelmente por ruminarmos no erro, descansamos um momento e ao voltarmos à tarefa acontece que é como se agora vissemos melhor o problema e a solução. Que é que aconteceu nesse momento em que descansámos? Várias possibilidades: ou estivemos a pensar ou não. Às vezes qualquer destas duas alternativas é correlacionável com a descoberta da solução.

Outros investigadores mais naturalistas, menos laboratoriais, observam comportamentos semelhantes de resolução de problemas. Jane Goodall (1986) observa em habitat natural, reserva de Gombe Stream, como é que os chimpanzés utilizavam e construíam instrumentos. O uso e construção de instrumentos é, defendido por muitos, um indicador de actividade cognitiva implicando capacidades tais como categorização, intencionalidade e compreensão de relações causais. De todas as formas esta avaliação tende a levar em consideração a plasticidade e flexibilidade de tais condutas instrumentais. Quanto mais flexível e variável mais a conduta se afastaria de padrões pré-programados e mais se aproximaria de avaliações e decisões efémeras da situação em causa. Observações realizadas em habitat natural e em laboratório indicam utilizações de folhas, bastões, ramos, pedras, em contextos tão díspares como conduta de *grooming*, agressão, alimentação em chimpanzés (*Pan troglodytes*), gorilas (*Gorilla gorilla*), Orangotangos (*Pongo pygmaeus*), babuínos (*Papio anubis*), macacos capuchinhos (*Cebus capucinus*) (*Cebus apella*) (Tomasello & Call, 1997) Com respeito à construção de instrumentos observou-se que chimpanzés, gorilas, orangotangos, macacos capuchinhos, babuínos e macacos radiata conseguiram resultados interessantes. Sabater-Pi (1992) classifica três áreas de uso e/ou fabricação de instrumentos para chimpanzés –

Área das pedras, correspondente a *Pan troglodytes verus*, área dos paus, correspondente a *Pan troglodytes troglodytes* e área das folhas, correspondente a *Pan troglodytes schweinfurthi*. Na área das pedras encontramos chimpanzés escolhendo pedras determinadas, com formas particulares que possam servir de martelo para partir as cascas duras de certos frutos. Para além de uma utilização especializada existe uma selecção apurada. Na área dos paus os animais constroem verdadeiros utensílios. Retiram de ramos as subramificações de forma a conseguirem um bastão pontiagudo que, introduzido nas termiteiras e retirado com muito cuidado, permite a aderência de térmitas ao mesmo. Na área das folhas são construídos instrumentos com aplicação em várias esferas da vida dos chimpanzés. Por exemplo, fazendo um maço de folhas podem obter uma espécie de esponja muito útil para extrair água de zonas pouco acessíveis.

Outros estudos, como os relacionados com a comunicação, implicam um esforço duplo em relação aos estudos sobre cognição em geral. Enquanto nos trabalhos de cognição simples temos um observador e um sujeito, em comunicação temos pelo menos, para além do observador, dois intervenientes – o emissor e o receptor ou receptores. Para o presente trabalho interessam-nos aqueles aspectos da comunicação que se possam relacionar com o tema das cognições. É neste ponto que podem surgir alusões a “processos cognitivos”, a intenções, desejos. A questão aproxima-se ainda mais do estudo cognitivo quando hipotetizamos situações em que existe flexibilidade no símbolo, quer se trate de efeitos de sinonímia, quer da intensidade ou omissão do símbolo. Com os primatas as interconexões entre esta temática da comunicação e da cognição alcançaram o seu pico, sobretudo com os vários projectos para ensinar a chimpanzés uma linguagem semelhante à humana. Por detrás destes projectos está a herança de Romanes segundo a qual se impõe a Inferência Injectiva. Se um chimpanzé for capaz de manter uma conversa com um humano utilizando a linguagem humana, então provavelmente terá faculdades que até então eram consideradas património do *Homo sapiens*.

Na década de 40 levou-se a cabo o projecto Vicky em que se criou um chimpanzé em ambiente humano de forma a que aprendesse a falar. Mas fracassou na medida em que Vicky não conseguiu emitir mais do que 4 palavras articuladas ao fim de muito tempo de árduo treino e muito esforço. No entanto tal fracasso podia não estar relacionado com uma incapacidade para aprender a linguagem humana e sim com uma dificuldade anatómica para a fala. A laringe nos chimpanzés encontra-se muito subida quando comparada com a posição da mesma na espécie humana. O mesmo que acontece com bebés humanos. Apenas aos 2 anos aproximadamente a laringe baixa possibilitando que a criança fale. Chegou-se à conclusão que a língua (idioma) dos surdos-mudos obedece aos mesmos princípios sintácticos e semânticos da linguagem oral. Nos anos 20 Yerkes tinha proposto que uma investigação importante no domínio da mente seria ver se os pongídeos e macacos pode-

riam aprender algum tipo de linguagem gestual. Estes projectos estavam inspirados em Hewes (1971 cit. Sabater-Pi, 1992) “segundo os quais a linguagem humana tem uma origem gestual, em consequência a gesticulação poderia ser uma capacidade partilhada por todos os hominídeos do Plioceno”. A seguir a Vicky, os Gardner, dois psicólogos americanos ensinaram, como falamos anteriormente, o AMSLAN a Washoe, uma chimpanzé. Roger Fouts encarregou-se de Washoe depois desta deixar os Gardner observou que Washoe ensinara outros chimpanzés o que tinha aprendido com os seus primeiros donos. No início dos anos 70 D. Premack tentou ensinar a outra chimpanzé, Sarah, um sistema de signos, lexigramas. Consistia em peças de plástico com várias formas e cores sem nenhuma correspondência analógica com os referentes correspondentes. Em 1970 Duane Rumbaugh no Yerkes Primate Laboratory, desenvolveu um sistema de signos, designado Yerkish, os quais podiam ser manipulados através de um teclado de computador apropriado. Os resultados apontavam para uma capacidade para classificar objectos em categorias semânticas. Também testaram a possibilidade para dois chimpanzés utilizando o sistema Yerkish. Em quase todos estes estudos os resultados e as interpretações são bastante controversos e, muitas vezes, são passíveis de apoiarem hipóteses contraditórias.

Voltemos agora ao início deste trabalho. Tínhamos o esquema Entrada/Organismo/Saída. Consideramos o Organismo como sendo o nosso objeto de estudo enquanto que vemos a Saída, a conduta, como meio. Desta forma estaria incorrecto definirmos Psicologia como estudo da conduta. Melhor seria como estudo do Organismo. A conduta seria uma espécie de “microscópio” ou “telescópio” que nos aproximaria às cognições. Neste sentido devemos reconhecer a seriedade de John Watson (1913) quando afirma que assim não se pode falar de uma psicologia científica. Segundo ele para que a psicologia podesse ser uma ciência teria de ter um objeto de estudo quantificável. Somente, e de acordo com Watson, poder-se-ia quantificar o que se observasse. Só assim a conduta poderia ser objectivada. Se entendermos por ciência uma disciplina que delimita e estuda racionalmente a natureza e as condições de existência do seu objeto de estudo a partir da sua observação e experimentação, então não existe uma verdadeira psicologia cognitiva científica. Do mesmo modo não existe nenhuma etologia ou etoprimatologia cognitiva científica. Ninguém pode ver objectivamente a memória, a capacidade de permanência de objeto, a intencionalidade, a ideia de tempo. Nenhum destes construtos pode ser o verdadeiro objeto da psicologia. A leitura que fazemos da velha “caixa negra” pode variar chegando por vezes a dimensões absolutamente literárias. Quine (1960) ilustra como é que um antropolinguista ao chegar a uma sociedade na qual não entende nem uma única palavra pode construir uma manual de tradução. O qual tem uma forma entre múltiplas possíveis. Para dar um exemplo do que se quer dizer, podemos referir-nos à capacidade de “Urbitação”. O que é que significa esta capacidade? Imaginemos que definimos Urbitação como sendo a capacidade que um

indivíduo tem para não manifestar conduta agonística face a parentes próximos. Se assim é, um babuíno, um chimpanzé ou um humano que lute com o seu progenitor poderá ser considerado como não dispondo da capacidade de Urbitação. Muitas questões podem surgir em seguida. Uma poderá ser: Por que é que este indivíduo não tem Urbitação? Uma linha de investigação que se poderia criar no âmbito neuro-etológico ou neuro-psicológico seria ver se existe alguma área neuro-anatómica associada à Urbitação. E assim poderíamos seguir com exemplos. O problema deste posicionamento é o risco de podermos afastar dos nossos olhos o que mais facilmente eles nos permitem, ou seja, a conduta. Mas atenção, isto não significa que a Urbitação não exista na realidade. Significa que tão-pouco tem porque existir. Também não estamos a tentar dizer que a conduta fala por si. Esta era a idílica, e infelizmente impossível, ideia positivista do século passado que nos nossos dias segue com reminiscências. Quando se olha para a conduta temos que escolher que aspectos se vão considerar relevantes, aquilo que em etologia poderíamos designar de selecção das modalidades de conduta. Não estamos também a dizer que apenas existe estímulo e resposta. Sabemos por experiência própria que somos animais conscientes, que pensamos. Teoricamente o mesmo possa passar-se com outros animais e que alguns possam inclusivamente resolver mentalmente problemas como os que resolvemos implicando, por exemplo, aspectos ligados à categorização, causalidade, temporalidade, intencionalidade.

Será conveniente abandonarmos o estudo cognitivo?

Sistema intencional de Daniel Dennett

Daniel Dennett considera que “ainda existe um percurso muito grande por fazer desde a observação da conduta em habitat natural até à “ratificação” dos modelos neuro-fisiológicos da sua actividade cerebral, e encontrar uma maneira provisional sólida de expressá-lo não é uma tarefa trivial”.

Apoiado nos estudos de Cheney, Seyfarth e Marler (1980) sobre o macaco verde (*Cercopithecus aethiops*) tenta esclarecer como é que se pode saber o que é que se passa com estes primatas. Tal como o antropolinguista de Quine (1960) também os etoprimatólogos, neste caso, se deparam com uma sociedade diferente que tem uma linguagem ou pelo menos um sistema zoosemiótico particular em relação ao qual não existem intérpretes bilingues. Segundo Dennett uma possibilidade seria adoptar o que ele designa de Atitude Intencional.

Compara a sua atitude intencional com os mentalismos próprios das teorias cognitivas. De qualquer forma, e contrariamente a John Watson ou a Skinner, quem denuncia a acientificidade de tal postura, Dennett considera que só assim será possível abrir caminhos de interesse nas questões comportamentais. Aquilo que é necessário distinguir é que a atitude intencional não é uma descrição dos processos mentais,

nem sequer um modelo heurístico. Trata-se de uma estratégia (não de um modelo) heurística que pode culminar em modelos mais úteis. É uma estratégia que consiste em “mudar os níveis de explicação e descrição para ganhar acesso a um poder preditivo ou a uma generalidade maior – adquirida, geralmente, à custa de submergir o detalhe e galantear a trivialização por um lado e a falsificação por outro”. Neste plano podem ser criados modismos de vária ordem (entre 0 e n) de tal forma que a posteriori possam ser eliminadas possibilidades hipotetizadas a priori. Consideremos a seguinte hipótese: “A não sabe que B sabe que A escondeu o objeto numa determinada caixa por isso A engana B”. A partir daqui poderíamos criar delineamentos eliminativos das possibilidades. Em certo sentido poderiam ir sendo refutadas menos ou mais, melhor ou pior as possibilidades em cena. Os macacos verdes poderiam ser tratados como sistemas intencionais. O observador servir-se-ia de modismos intencionais tais como “crer” ou “querer”.

Aqui é necessário remarcar que o objectivo não é a crença ou a vontade em si mesma. A questão refere-se ao controlo do comportamento, o qual pode ser facilitado pela atribuição de “mentalismos” que não funcionam como coisas em si mesmas, mas sim como metáforas.

Apesar de utilizarem modelos diferentes sobre intencionalidade, Dennett e Searle estão de acordo em relação à demarcação entre modelo e realidade. Não existe qualquer problema em construirmos uma linguagem cognitiva se tal nos ajudar a prever a conduta. O problema verifica-se quando invertemos o processo criando uma tautologia em que, em última análise, se confirmam os modismos cognitivos através da conduta.

Sheyfarth, Cheney e Marler (1980) identificaram nos seus sujeitos uma vocalização que designaram de MIO (Moving into the Open ou Movendo-se para campo aberto). Antes de sair dos arbustos para uma zona aberta o macaco verde emite um MIO. Imediatamente os congêneres, que também estão entre os arbustos, emitem vários MIOs. Acontece que, se os outros congêneres não emitirem os MIOs o primeiro não sai dos arbustos. Passados alguns minutos volta a emitir um segundo MIO. Se se verificar resposta então sai para o descampado. Nesta situação temos um comportamento (o MIO) o qual pode ser objectivado por um registo espectrográfico. Também temos uma correlação entre a vocalização do sujeito, a vocalização dos congêneres, deslocamento. Mas provavelmente, e com algumas limitações, poderíamos ir mais além.

Que é que significa o MIO? De acordo com Daniel Dennett poderíamos ir criando modismos de vária ordem. Vejamos possíveis significados do MIO:

1ª Hipótese: Actor: “Por favor, posso sair?”

Congénere: “Sim, autorizo-te”

Esta hipótese não pretende ser em si mesma uma resposta mas, como dizíamos, servir de estratégia para potenciar a investigação criando problemas científicos. Como diz Dennett, esta hipótese poderia ser

eliminada se os sujeitos situados em patamares hierárquicos superiores, emitissem MIOs iniciais em presença de subordinados. Isto é o que geralmente acontece. Inclusivamente costumam ser os alfa a saírem.

Se assim é o MIO poderia ser uma espécie de ordem. Vejamos:

2ª Hipótese: Actor “Sigam-me!”

Congénere: “Muito bem, capitão”

Do mesmo modo não entenderíamos porque é que quando sai um subordinado este emite um MIO.

3ª Hipótese: Actor – Estão prontos para que eu saia?

Congénere – Estamos

Ou

Actor – Não há perigo à vista?

Congénere – Não há perigo à vista, nós cobrimos-te.

Como defende Dennett “a conduta observada até agora é compatível com esta leitura que daria ao MIO um objectivo forte, orientando os macacos verdes para uma tarefa de vigilância cooperativa” (1983). Isto está de acordo com a conduta dos congêneres. Enquanto o actor sai os outros olham para várias direcções cobrindo visualmente o descampado.

A partir deste exemplo podemos aperceber-nos que a colocação de hipóteses cognitivas (hipóteses intencionais), desde que realizada como estratégia heurística para aperfeiçoar os delineamentos de investigação, pode enriquecer, fortalecer e fidedignizar os estudos.

A contribuição do modelo Piagetiano

Outra alternativa face à impossibilidade de entrar no interior dos outros organismos é aproveitar o modelo que Piaget (1952) propôs para estudar crianças. Entre os 0 e os 2 anos as crianças ainda não falam a ponto de poderem explicar o que é que se passa no seu interior. É evidente que quanto mais se aproximam dos dois anos mais capazes vão sendo de utilizar uma comunicação digital em que a função semiótica se faz patente. Ou seja, vão sendo capazes de utilizar palavras como significantes de determinados referentes com determinados significados sem uma relação obrigatoriamente analógica entre eles.

Para as primeiras fases do desenvolvimento Piaget utilizou provas baseadas na observação mais do que no questionamento. A partir de aqui caracterizou (traduziu) para uma lógica convencional o que ia observando. Por exemplo, se uma criança que procura um objeto continua a procurá-lo quando o cobrimos com um pano será porque tem noção de objeto permanente.

Ao longo do primeiro ano de vida (período sensório-motor) existem conquistas que se vão dando e que podem ser organizadas em estádios. No ser humano esses estádios caracterizam-se por uma gradual descen-

tração para uma relação com os objectos externos. A utilização do modelo piagetiano torna-se interessante inclusivamente para a Etoprimatologia Cognitiva se o entendermos desde o ponto de vista do observador e como sendo uma classificação. Assim não corremos o risco de utilizar uma postura antropocêntrica pois assumimos à partida que a nossa finalidade é uma categorização do observado. Os estádios enunciados por Piaget para humanos não têm porque corresponder aos dos chimpanzés ou lemures. O que nos interessa é o método em si, o qual permite, de acordo com as espécies e os casos, elaborar uma classificação da conduta com base numa lógica aristotélica e kantiana. É claro que muito dificilmente estes estudos nos permitirão uma abordagem filogenética na medida em que tudo é classificado a partir do observador. Além disso há que ter em conta a possibilidade de certos fenómenos emergentes dificultarem a investigação filética. Não existe uma filogénese que os explique. Existe sim uma ontogénese baseada num processo contrutivista. A partir de invariantes funcionais, tais como a assimilação e a acomodação, adquirem-se determinadas estruturas. A linguagem e o pensamento poderiam ser resultados emergentes. Se isto se aplicar noutras espécies, as diferenças ao nível das capacidades poderiam não estar directamente relacionadas com pressões ambientais relativas a módulos específicos e sim a diferenças ao nível dos invariantes funcionais.

Como nota de conclusão poderíamos destacar que o mundo interno de per se é, por agora, inacessível à tecnologia psicológica ou etológica. Se considerarmos a ciência como o conjunto de artifícios controláveis e replicáveis que visam prever determinada gama de fenómenos, então quer a Psicologia como a Etologia Cognitiva podem ser enquadradas nesta categoria. Através do comportamento podemos criar modelos cognitivos e, a partir destes, refutar ou prever novas possibilidades condutuais. A atitude intencional de Dennett como estratégia de trabalho bem como o sistema lógico de Piaget, ambos assumidos como artifícios tecnológicos, podem aumentar a nossa capacidade de controlo e previsão do comportamento. Provavelmente a assunção de posturas equivalentes podem coadjuvar a construção de sistemas de orientação de diagnóstico na maior parte das áreas da psicologia.

Referências Bibliográficas

- BUDIANSKY, S. (1998) *If a lion could talk: How animals think*. London: Phoenix.
- DENNET, D. (1983) Intentional systems in cognitive ethology: the "Panglossian" paradigm defended. *Behavior and Brain Sciences*, 6, pp. 343-390.
- de WALL, F. B. M. (1982) *Chimpanzee politics*. London: Jonathan Cape.
- GALLUP, G. Jr (1970) Chimpanzees: self recognition. *Science*, 167.
- GARDNER, R. A.; GARDNER, B. T. (1969) *Teaching sign language to a chimpanzee*. *Science*, 165, pp. 664-672.
- GOODALL, J. (1986) *The Chimpanzees of Gombe. Patterns of behavior*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HEYES, C. M. (1998) Theory of mind in nonhuman primates. *Behavior and Brain Sciences*, 21, 1.
- KÖHLER, W. (1925) *The mentality of apes*. London: Routledge and Kegan Paul.
- MARTÍ, E. (1997) *Construir una mente*. Barcelona: Paidós.
- NEISSER, U. (1967) *Cognitive Psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- PERNER, J. (1994) *Comprender la mente representacional*. Barcelona: Paidós.
- PIAGET, J. (1952) *The origins of intelligence in children*. New York: Int. University press.
- PREMACK, D.; WOODRUFF, G. (1978) Does the chimpanzee have a theory of mind?. *Behavior and Brain Sciences*, 1, pp. 515-526.
- QUINE, W. V. O. (1960) *Word and object*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- ROMANES, G. J. (1882) *Animal Intelligence*. London: Kegan, Paul, Trench and Co.
- SABATER-PI, J. (1992) *El chimpancé y los orígenes de la cultura*. Barcelona: Anthropos.
- SAVAGE-RUMBAUGH, S.; LEWIN, R. (1994) *Kanzi: the ape at the brink of the human mind*. New York: John Wiley and Sons.
- SEARLE, J. (1998) *A redescoberta da mente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SEYFARTH, R.; CHENEY, D. L.; MARLER, P. (1980) Monkey responses to three different alarm calls: evidence of predator classification and semantic communication. *Science*, 210, pp. 801-803.
- THORNDIKE, E. L. (1911) *Animal intelligence*. New York: Macmillan.
- TOMASELLO, M.; CALL, J. (1997) *Primate Cognition*. Oxford: Oxford University Press.
- von UEXKÜLL, J. (s.d.) *Dos animais e dos homens*. Lisboa: Livros do Brasil.
- WATSON, J. (1913) Psychology as the behaviorist views it. *Psychology Review*, 20, pp. 158-177.